



2º SIMULADOS ESPECIAIS

TJ SC

Pós Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Técnico Judiciário Auxiliar**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/t57pLk1masVDjta89>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4uHehDE>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a frase em que o termo sublinhado é omitido por elipse na continuidade do texto.

- a) As memórias de amanhã dependem de sua atitude hoje.
- b) A economia só resolve um problema antigo, gerando dois ou mais, novos.
- c) Os meninos fizeram os mesmos desenhos que as meninas.
- d) O tenente partiu em direção à ocorrência, mas, ao chegar, o militar soube que os bandidos haviam escapado.
- e) Meu primo comprou a bicicleta na semana passada e já bateu com ela.

2. Assinale a frase abaixo em que o conectivo sublinhado tem seu valor erradamente indicado.

- a) O estudo evidencia que soluções para ambientes mais saudáveis são necessárias. / finalidade
- b) Estudou tanto que teve uma tremenda dor de cabeça. / consequência
- c) Ao sair, leve um casaco, que poderá fazer frio à noite. / explicação
- d) Aquelas meninas que chegaram atrasadas não poderão entrar no teatro. / restrição
- e) Que trouxesse flores, não lhe perdoaria as mentiras. / concessão

A mentira existe desde o começo da civilização. O uso político da maledicência também não é novidade dos nossos tempos. Na Roma Antiga, por volta de 33 a.C., Otaviano empreendeu uma campanha difamatória contra Marco Antônio, colocando sua lealdade à Roma em dúvida por causa do amor dele por Cleópatra. [...] O que mudou nos últimos anos, depois da explosão das redes sociais, foi a escala e o meio de difusão de mentiras, que

passaram a ser chamadas de fake news (notícias falsas) e desinformação.

Internet: <tre-go.jus.br> (com adaptações).

3. Uma informação que se pode depreender a partir do texto é que

- a) as redes sociais espalham mais rapidamente as notícias falsas.
- b) as fake news podem ser evitadas apenas ao ficar fora da internet.
- c) a desinformação foi criada na Roma Antiga.
- d) Otaviano questionou o amor de Cleópatra à Marco Antônio.
- e) nos últimos anos, a disseminação de mentiras foi arrefecida.

4. A correção faz parte da boa escrita.

Assinale a frase que exemplifica o correto emprego gramatical da língua.

- a) Ao codificar uma ideia o transmissor deveria levar em consideração, o nível de entendimento do receptor.
- b) Infelizmente, não são raros os casos com que se percebe um desequilíbrio entre a intenção e a mensagem.
- c) Destacam-se no âmbito empresarial, o uso de expressões em inglês em lemas publicitários no Brasil.
- d) O esquema, é propício para explicar as etapas da comunicação intercultural.
- e) Pode-se compreender a comunicação como um processo de partilha de significado.

A vida não seria como conhecemos sem as abelhas. Elas são polinizadoras poderosas e fundamentais para o ciclo reprodutivo das plantas. Ao transportar o pólen do órgão masculino para o feminino da flor, garantem a formação de frutos e sementes, e cerca de 75% do que é cultivado pela humanidade se beneficia desse serviço.

Fonte: G1 - adaptado.

5. Segundo o texto, é correto afirmar que

- a) As abelhas não têm relação com a qualidade de produção de frutas.
- b) As abelhas são cruciais para a reprodução das plantas.
- c) As plantas só podem ser polinizadas por abelhas.
- d) 75% da humanidade se beneficia do trabalho das abelhas.
- e) O pólen transportado pelas abelhas é dispensável para a reprodução das plantas.

6. Assinale a frase que exemplifica um tipo de voz passiva.

- a) As comunidades indígenas já se preocupavam com o saneamento básico.
- b) Os indígenas armazenavam a água em jarros de barro.
- c) Delimitavam-se áreas para as necessidades fisiológicas.
- d) A drenagem dos terrenos não era suficiente para garantir a higiene.
- e) Durante a formação das cidades, não havia coleta de esgoto.

O jornal noticiou a instalação de chafarizes em algumas cidades.

7. Na frase acima, o elemento destacado é

- a) agente da passiva
- b) adjunto adverbial
- c) objeto indireto
- d) complemento nominal
- e) adjunto adnominal

8. Assinale a opção em que o trecho revela noção de hipótese.

- a) Cientistas estudam como o cérebro lida com meios digitais.
- b) Existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo
- c) Precisamos ser capazes de exercer, quando for o caso, a leitura profunda.
- d) Os computadores proporcionaram uma grande variedade de coisas interessantes.
- e) Evidências colhidas sugerem impactos sobre a formação do cérebro.

Níveis mais elevados do PIB estão tipicamente associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.

9. Assinale a opção em que a reescrita do trecho acima mantém o sentido original.

- a) Níveis mais elevados do PIB estão associados tipicamente a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- b) Níveis tipicamente mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- c) Níveis mais tipicamente elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- d) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países tipicamente desenvolvidos.
- e) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos tipicamente.

O ano passou num piscar de olhos. Aliás, tem sido assim desde que a tecnologia e seus artefatos chegaram para tornarem-se peças indispensáveis no nosso cotidiano. A tecnologia acelerou a vida que, como diz a sábia boneca Emília em suas famosas “Memórias da Emília” do nosso imortal Monteiro Lobato, já é, por si só, um pisca-pisca. Segundo ela, que do alto de sua filosofia absolutamente genial narrou suas memórias ao Visconde de Sabugosa: “a gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem para de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. É um dorme-e-acorda, dorme-e-acorda, até que dorme e não acorda mais. É, portanto, um pisca-pisca. (...) A vida das gentes neste mundo, senhor sabugo, é isso. Um rosário de piscadas. Cada pisco é um dia. Pisca e mama; pisca e anda; pisca e brinca; pisca e estuda; pisca e ama; pisca e cria filhos; pisca e geme os reumatismos, por fim, pisca pela última vez e morre”.

(ADAPTAODO. ALVES, Januária Cristina. Mensagem de final de ano aos jovens (des)informados. Jornal Nexo, 2022.)

10. Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmação correta.

- a) O texto deve ser classificado como narrativo, haja vista a presença de personagens, como Emília e Visconde de Sabugosa.
- b) O segmento “A tecnologia acelerou a vida” mostra uma visão positiva dos avanços tecnológicos.
- c) No segmento “pisca e cria filhos” os verbos são intransitivos.
- d) A citação da boneca Emília tem a função de indicar algo que apoia a ideia do texto.
- e) A presença de “isto é”, em ‘a gente nasce, isto é, começa a piscar’ mostra uma oposição de algo anterior.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Emerson Bruno

11. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

12. Natanael, servidor do TJSC, também atua como professor na Academia Judicial. Ao lecionar sobre os cargos de direção afirma corretamente que o Tribunal possui os seguintes cargos de direção.

- a) Presidente, 1o Vice-Presidente e 2o Vice-Presidente.
- b) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.
- c) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente e Corregedor.
- d) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial.
- e) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente, 3o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.

13. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

14. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- a) A readaptação poderá ocasionar diminuição da remuneração se implicar mudança de cargo.
- b) Ao servidor não aprovado em estágio probatório será aplicada a pena de demissão.
- c) É prevista a possibilidade de redução da jornada de trabalho para servidores estudantes, sem prejuízo de sua remuneração, desde que demonstrada a necessidade.
- d) É prevista gratificação de treinamento a ser percebida mediante certificado de aprovação do servidor em curso de qualificação profissional promovido por órgão público.
- e) O período de estágio probatório é suspenso durante o gozo de licença-maternidade.

15. Conforme o Código de Normas da Corregedoria, para atender às necessidades locais, o juiz poderá editar portarias e ordens de serviço. Para edição de tais Normas, deverão ser observados os princípios da:

- a) legalidade, da oportunidade e da necessidade.
- b) legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- c) razoabilidade e da proporcionalidade.
- d) supremacia do interesse público e da finalidade.
- e) da oportunidade, da conveniência e da pessoalidade.

16. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, deverão ser encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça para análise e validação, por intermédio da Central de Atendimento Eletrônico, as portarias editadas pela Direção do Foro para reger procedimentos relativos a determinadas matérias.

Não se inclui nesta obrigação.

- a) procedimentos relativos à infância e juventude.
- b) procedimentos relativos à execução penal.
- c) procedimentos relativos à violência doméstica.
- d) questões relacionadas às pessoas idosas.
- e) procedimentos relativos ao Direito do Consumidor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

17. No Município de Santa Aurora, após sucessivas reclamações da população a respeito do descarte de resíduos em vias públicas, a prefeita Laura entendeu que seria necessário adotar providência imediata para conter a prática.

Sem encaminhar projeto de lei à câmara municipal, editou decreto estabelecendo proibição de lançamento de lixo em ruas, praças e calçadas, fixando multa de R\$ 300,00 para os infratores e autorizando a fiscalização municipal a lavrar autos de infração diretamente com fundamento nesse ato. Ao ser autuado, um morador alegou que o decreto extrapolou os limites da atuação do Poder Executivo.

Considerando essa situação hipotética e os contornos do princípio da legalidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) O decreto é válido, pois a Administração Pública, quando busca resguardar interesse coletivo relevante, pode inovar na ordem jurídica por meio de ato administrativo, especialmente se a medida possuir finalidade social e caráter geral.
- b) O decreto é inválido, pois a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, criar obrigação, impor vedação ou estabelecer sanção aos administrados, dependendo de lei aprovada pelo Poder Legislativo para tanto.
- c) O decreto é válido, pois o princípio da legalidade administrativa somente impede condutas arbitrárias e abusivas, não alcançando atos normativos abstratos editados pelo chefe do Executivo municipal.
- d) O decreto é inválido apenas quanto ao valor da multa, já que a proibição da conduta poderia ser criada pelo Executivo, ficando a exigência de lei restrita à fixação da penalidade pecuniária.
- e) O decreto é válido, pois atos administrativos normativos expedidos pelo chefe do Executivo possuem a mesma eficácia da lei em sentido formal

quando editados para disciplinar tema de interesse urbano.

18. João, servidor público responsável pela arrecadação de determinadas receitas municipais, passou a agir de forma ilícita na cobrança e no controle de tributos, causando perda patrimonial efetiva e comprovada ao ente público.

Após apuração regular, ficou demonstrado que sua conduta foi dolosa e gerou dano ao erário. No mesmo caso, a empresa Alfa Ltda., da qual João se utilizava para viabilizar parte da conduta, também foi responsabilizada, sendo necessário avaliar os efeitos das sanções sobre a continuidade de suas atividades.

Com base nessa situação hipotética e na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) João somente poderia ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário se sua conduta tivesse produzido enriquecimento ilícito próprio, pois a perda patrimonial do ente público, isoladamente, não é suficiente para a incidência do crime na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A atuação ilícita de João na arrecadação de tributo ou de renda pode caracterizar ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, desde que se trate de ação ou omissão dolosa e que tenha provocado, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres públicos.
- c) Caso João seja condenado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário, a perda da função pública atingirá automaticamente todos os vínculos que ele possuir com o poder público, ainda que sejam de qualidade e natureza diferentes daquele existente no momento da infração.
- d) A multa civil aplicável a João deverá permanecer limitada ao valor do dano, sendo vedado ao juiz aumentá-la, ainda que o montante se revele insuficiente para reprovar e prevenir a prática do ato de improbidade em razão da situação econômica do réu.
- e) Na responsabilização da empresa Alfa Ltda., o juiz deverá aplicar as sanções sem considerar seus

efeitos econômicos e sociais, pois a manutenção das atividades da pessoa jurídica não constitui critério relevante na dosimetria das consequências jurídicas do ato de improbidade.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Rennó

19. Em determinada organização pública, a chefia de uma unidade administrativa identificou que, embora os servidores não apresentem queixas relevantes quanto à remuneração, às condições físicas de trabalho e ao relacionamento interpessoal, o nível de engajamento permanece baixo. Após análise mais detalhada, constatou-se que as atividades desempenhadas são excessivamente padronizadas, pouco desafiadoras e oferecem reduzidas oportunidades de realização profissional.

À luz da Teoria dos Dois Fatores, de Herzberg, assinale a afirmativa correta.

- a) O quadro descrito revela deficiência nos fatores higiênicos, especialmente salário e ambiente físico de trabalho.
- b) A motivação no trabalho decorre, essencialmente, de fatores externos à atividade desempenhada.
- c) A ausência de fatores motivacionais compromete o aumento da satisfação e do engajamento no trabalho.
- d) A remuneração constitui o principal fator motivacional, razão pela qual sua adequação tende a eliminar a desmotivação.
- e) As relações interpessoais integram o grupo dos fatores motivacionais responsáveis pela satisfação duradoura no trabalho.

20. No modelo desenvolvido por Edgar Schein, a cultura organizacional pode ser analisada em diferentes níveis, que variam desde manifestações mais visíveis e observáveis até elementos mais profundos, implícitos e de difícil identificação. Esses níveis ajudam a compreender por que certos padrões de comportamento se mantêm ao longo do tempo nas organizações.

Segundo esse modelo, o nível mais profundo da cultura organizacional é formado por:

- a) artefatos, que expressam os elementos visíveis da cultura, como símbolos, linguagem e arranjos físicos.
- b) valores compartilhados, que traduzem justificativas conscientes para as práticas adotadas na organização.
- c) ritos organizacionais, que representam práticas simbólicas voltadas à integração dos membros.
- d) normas formais, que definem os comportamentos esperados e os limites de atuação dos indivíduos.
- e) pressupostos básicos, que correspondem a crenças inconscientes tomadas como verdades pelos membros da organização.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. Assinale a alternativa correta acerca dos conceitos básicos de hardware e software.

- a) O sistema operacional é classificado como componente físico responsável pelo processamento das instruções.
- b) A memória RAM é utilizada exclusivamente para armazenamento permanente de arquivos do usuário.
- c) O processador tem como única função armazenar dados e documentos do sistema.

d) Hardware corresponde aos componentes físicos do computador, enquanto software corresponde aos programas e instruções executados pelo sistema.

e) Dispositivos de entrada, como teclado e mouse, são classificados como softwares utilitários.

22. Assinale a alternativa correta sobre recursos e funcionalidades do sistema operacional Windows 10/11.

- a) O Windows Explorer é utilizado exclusivamente para execução de programas antivírus no sistema.
- b) O Gerenciador de Tarefas permite visualizar processos em execução e monitorar o uso de recursos do sistema.
- c) A Lixeira do Windows realiza remoção definitiva dos arquivos imediatamente após a exclusão.
- d) O Painel de Controle foi totalmente removido das versões Windows 10 e Windows 11.
- e) O recurso Área de Trabalho não permite criação de atalhos para arquivos ou aplicativos.

23. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma funcionalidade do Microsoft Excel.

- a) A função CONT.SE é utilizada exclusivamente para realizar ordenação alfabética de registros.
- b) O recurso Filtro permite apenas ocultar colunas vazias da planilha.
- c) A função SOMA não pode ser utilizada em conjunto com referências de intervalo.
- d) O Excel não permite criação de gráficos a partir de dados organizados em tabelas.
- e) O recurso Congelar Painéis permite manter linhas ou colunas visíveis durante a rolagem da planilha.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceitos relacionados a redes de computadores e Internet.

- a) O protocolo TCP é responsável por realizar controle de entrega e confiabilidade na transmissão de dados em redes TCP/IP.
- b) O endereço IP tem como única finalidade identificar páginas HTML em navegadores web.
- c) A Internet é uma rede privada restrita exclusivamente a instituições governamentais.
- d) O protocolo HTTP é utilizado para endereçamento físico de placas de rede em ambientes locais.
- e) Redes locais dispensam utilização de equipamentos de comunicação, como switches e roteadores.

25. Assinale a alternativa correta sobre princípios e boas práticas de segurança da informação.

- a) O princípio da disponibilidade tem como objetivo impedir qualquer forma de compartilhamento de informações entre usuários autorizados.
- b) Ataques de phishing dependem exclusivamente da exploração física de componentes de hardware.
- c) O uso de senhas complexas elimina completamente a necessidade de autenticação multifator.
- d) A realização periódica de backups contribui para recuperação de dados em casos de falhas, ataques ou incidentes de segurança.
- e) O princípio da confidencialidade garante que os dados jamais possam ser alterados por usuários autorizados.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

Géssica Ehle

26. Ricardo, servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina lotado em uma comarca do interior, atende uma cidadã que reside em local de difícil acesso e não possui recursos para contratar advogado ou deslocar-se até a sede do fórum para protocolar uma demanda de natureza urgente. Ricardo, ao orientá-la sobre os mecanismos de acesso à justiça implementados pelo Poder Judiciário catarinense, deve considerar que a promoção de direitos fundamentais pelo tribunal:

- a) Limita-se ao recebimento de petições físicas no balcão de atendimento, sob pena de violação ao princípio da formalidade processual.
- b) Deve priorizar a digitalização e o atendimento remoto, mas pode ser mitigada caso a parte não possua acesso à internet, cabendo ao cidadão a solução do entrave tecnológico.
- c) Manifesta-se através de políticas de inclusão, como o Juizado Itinerante e a prestação de assistência judiciária gratuita, visando remover barreiras geográficas e econômicas.
- d) É uma atribuição exclusiva da Defensoria Pública, não cabendo ao Poder Judiciário a criação de canais que facilitem o ingresso da demanda sem a prévia atuação administrativa.
- e) Exige a comprovação prévia de miserabilidade jurídica absoluta para que qualquer ato de orientação por parte do servidor seja realizado.

27. Durante a elaboração de um relatório estatístico no TJ-SC, a servidora Beatriz observa que determinados grupos, como pessoas com deficiência e idosos, enfrentam dificuldades específicas na tramitação de seus processos. Ao propor medidas de correção baseadas no princípio da igualdade e não discriminação, Beatriz deve fundamentar sua proposta no entendimento de que:

- a) A igualdade perante a lei exige um tratamento idêntico a todos os jurisdicionados, sendo vedada a criação de prioridades de tramitação para grupos específicos.
- b) A discriminação positiva, ou ação afirmativa, é um instrumento legítimo para assegurar a igualdade substancial, permitindo o estabelecimento de prioridades legais para grupos em situação de vulnerabilidade.
- c) O princípio da não discriminação impede o Judiciário de coletar dados baseados em raça, gênero ou deficiência, para evitar a estigmatização dos usuários.
- d) A vulnerabilidade de um grupo social deve ser reconhecida apenas para fins de assistência social, não produzindo efeitos práticos na celeridade ou nos ritos processuais judiciais.
- e) O Poder Judiciário deve atuar de forma neutra, cabendo apenas ao Poder Legislativo a definição de critérios de prioridade para o atendimento de minorias.

28. No ordenamento jurídico brasileiro e no plano internacional, o princípio da dignidade da pessoa humana é considerado:

- a) Um direito acessório que depende da regulamentação de leis ordinárias para produzir efeitos no caso concreto.
- b) Um valor supremo que serve como fundamento da República e como critério interpretativo para a aplicação de todas as normas de direitos humanos.
- c) Uma norma de caráter exclusivamente moral, sem força jurídica cogente para anular atos administrativos do Poder Judiciário.
- d) Um princípio que pode ser livremente mitigado pelo magistrado sempre que o interesse financeiro do Estado estiver em risco.
- e) Um conceito jurídico restrito ao direito civil, não possuindo aplicabilidade nas relações de direito público ou penal.

29. Sobre as características da universalidade e da indivisibilidade dos direitos humanos, assinale a opção correta:

- a) A universalidade permite que cada Estado determine quais cidadãos possuem direitos, baseando-se no critério da reciprocidade diplomática.
- b) A indivisibilidade implica que os direitos civis e políticos possuem hierarquia superior aos direitos econômicos e sociais, devendo ser protegidos prioritariamente.
- c) A universalidade pressupõe que todos os seres humanos são titulares de direitos, enquanto a indivisibilidade reconhece que os direitos humanos formam um conjunto único e interdependente.
- d) O princípio da indivisibilidade autoriza que o Estado suspenda direitos sociais para garantir a plena execução de direitos individuais de liberdade.
- e) A universalidade é aplicada apenas aos direitos de primeira geração, sendo os direitos de terceira geração dependentes de adesão específica por tratado.

- 30.** Quanto aos fundamentos dos direitos humanos, a corrente jusnaturalista defende que tais direitos:
- a) São criações exclusivas do Estado através da promulgação de leis escritas e códigos positivados.
 - b) Baseiam-se em uma ordem superior, universal e imutável, inerente à própria natureza humana e anterior à existência do Estado.
 - c) Resultam de um pacto social histórico que pode ser revogado conforme a conveniência política do governo vigente.
 - d) Possuem fundamento apenas em normas de direito internacional, não vinculando as decisões do Poder Judiciário nacional.
 - e) São privilégios concedidos aos cidadãos que cumprem integralmente seus deveres perante a sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- 31.** No que tange à organização administrativa, as autarquias são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Indireta. Sobre o regime de seus bens e a criação das autarquias, assinale a alternativa correta:
- a) São criadas por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e capacidade exclusivamente administrativa.
 - b) Têm sua criação autorizada por lei, dependendo de registro em cartório para o nascimento da personalidade jurídica.
 - c) Seus bens são inalienáveis de forma absoluta, não podendo ser vendidos a particulares em nenhuma hipótese.
 - d) São criadas para o exercício de atividades típicas de Estado, bem como serviços e atividades de cunho econômico e mercantil.

- e) Possuem personalidade jurídica híbrida, submetendo-se integralmente ao regime jurídico de direito privado.

32. A descentralização política é um conceito fundamental na organização do Estado Brasileiro. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa correta:

- a) Ocorre quando o Estado cria uma autarquia para prestar um serviço público especializado.
- b) É o processo de distribuição de competências internas entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.
- c) Consiste na distribuição de competências legislativas e administrativas, pela Constituição, entre entes políticos autônomos.
- d) Refere-se à hierarquia estabelecida entre a União e os Municípios para a execução de políticas nacionais.
- e) É facultativa e depende de lei ordinária para transferir poder político aos Estados-membros.

33. No tocante aos agentes públicos e à estabilidade, considerando o entendimento dos Tribunais Superiores sobre o regime jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor público estável possui direito adquirido à imutabilidade do seu regime jurídico.
- b) A estabilidade protege o cargo, impedindo que o Estado faça a extinção de gratificações ou altere a jornada de trabalho.
- c) A estabilidade é uma garantia constitucional que protege o vínculo contra dispensas arbitrárias, mas o servidor não tem direito adquirido ao regime jurídico.
- d) O Estado não pode alterar leis que regem a carreira se houver oposição da maioria dos servidores estáveis.
- e) A perda do cargo pelo servidor estável só pode ocorrer mediante sentença judicial transitada em julgado.

34. Do ponto de vista objetivo, o conceito de administração pública relaciona-se com:

- a) O conjunto de órgãos, entidades e agentes que compõem a estrutura do Estado.
- b) A própria atividade administrativa exercida pelo Estado, como o fomento, o serviço público e o poder de polícia.
- c) A vontade política do Congresso Nacional ao criar territórios federais por lei complementar.
- d) A estrutura hierárquica que define quem são os ocupantes de cargos de direção e chefia.
- e) O ato de nomeação de servidores para cargos em comissão de livre provimento e exoneração.

35. A Teoria dos Motivos Determinantes possui grande relevância no controle dos atos administrativos. Sobre a motivação, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação é facultativa para todos os atos administrativos, sem exceções.
- b) O administrador não fica vinculado aos motivos que declarar se o ato for originalmente discricionário.
- c) O vício de motivo não contamina o ato se a motivação não for obrigatória por lei.
- d) A validade do ato está vinculada aos motivos apresentados; se o motivo for falso ou inexistente, o ato estará viciado, sendo passível de anulação.
- e) A anulação de um ato por motivo falso só pode ocorrer em cargos efetivos, nunca em cargos em comissão.

36. Paulo, servidor público titular de cargo efetivo, sofreu uma limitação em sua capacidade física, devidamente comprovada, que o impede de exercer as atividades habituais de seu cargo. Diante da necessidade de adequação funcional, a administração pública analisa a possibilidade de readaptação de Paulo. Acerca do instituto da readaptação previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) A readaptação exige que o servidor perceba a remuneração correspondente ao novo cargo de destino, caso esta seja inferior à do cargo de origem, em observância ao princípio da economicidade.
- b) O servidor titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação sofrida, desde que possua a habilidade e a escolaridade exigidas para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- c) A readaptação independe do nível de escolaridade do servidor, permitindo o provimento em cargo de nível superior para compensar a limitação física ou mental sofrida.
- d) O instituto da readaptação somente será aplicável quando inviável a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a readaptação, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- e) Uma vez efetivada a readaptação, o servidor nela permanecerá de forma definitiva, ainda que cesse a condição de limitação física ou mental que deu origem ao ato.

37. Na fase de planejamento e julgamento das licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve evitar distorções de preços. Acerca das diferenças entre os conceitos de sobrepreço e superfaturamento, assinale a opção correta:

- a) O sobrepreço é o valor orçado ou contratado acima do mercado, enquanto o superfaturamento é o dano efetivo ao patrimônio ocorrido na execução.
- b) O superfaturamento ocorre apenas na fase de licitação, enquanto o sobrepreço manifesta-se apenas durante a execução do contrato.
- c) Sobrepreço refere-se a propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração em obras de engenharia.
- d) Ambos os conceitos são sinônimos e referem-se à medição de quantidades superiores às executadas.
- e) O superfaturamento é evitado pelo uso do credenciamento, enquanto o sobrepreço é evitado pelo uso do pregão eletrônico.

38. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a escolha da modalidade de licitação vincula-se à natureza do objeto. Sobre as obras e serviços de engenharia, assinale a alternativa correta:

- a) O pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de obras de engenharia especiais.
- b) A concorrência é a modalidade exclusiva tanto para obras quanto para serviços comuns de engenharia.
- c) O pregão é vedado para obras, mas se admite a sua utilização para os serviços comuns de engenharia.
- d) Serviços especiais de engenharia devem ser contratados obrigatoriamente por meio de pregão.
- e) O diálogo competitivo substituiu a concorrência para a contratação de qualquer serviço de engenharia.

39. No que diz respeito à delegação do poder de polícia para diferentes entidades da Administração ou para particulares, conforme a doutrina e a jurisprudência apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a delegação integral do poder de polícia, inclusive a fase de sanção, a pessoas privadas que explorem atividade econômica em regime de concorrência, visando à eficiência administrativa.
- b) Aos particulares é permitida a execução de atividades materiais, como uma demolição, ou atividades preparatórias, como a instalação de equipamentos.
- c) Entidades de direito privado prestadoras de serviços públicos em regime não concorrencial, como certas empresas públicas, podem receber delegação apenas para as fases de consentimento e fiscalização, sendo-lhes vedada a aplicação de sanções.
- d) A delegação para entidades administrativas de direito público, como autarquias e fundações públicas, é restrita às fases de fiscalização e sanção, não abrangendo a fase de ordem de polícia.
- e) O poder de polícia, por ser uma atividade-fim da Administração de elevada importância, é considerado indelegável em qualquer de suas fases para entidades de direito privado, ainda que pertençam à Administração Indireta.

40. Sobre os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) É dispensável a comprovação de dolo específico para a configuração do ato de improbidade.
- b) A configuração do ato depende obrigatoriamente do reconhecimento da produção de danos ao erário.
- c) Erros técnicos ou má gestão, sem intenção de beneficiar terceiros, caracterizam improbidade por atentar contra os princípios da administração pública.
- d) Os atos que atentam contra princípios exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, mas independem do enriquecimento ilícito do agente.
- e) Somente haverá improbidade se houver enriquecimento ilícito do agente público envolvido.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

41. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que não corresponde a um desses objetivos constitucionais.

- a) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- b) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.
- e) Garantir o desenvolvimento nacional.

42. O art. 4º da Constituição Federal estabelece os princípios que orientam a atuação da República Federativa do Brasil no âmbito das relações internacionais.

Com base nesse dispositivo constitucional, examine as afirmativas a seguir:

- I. Dependência internacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Defesa da paz, ressalvadas hipóteses de conflito armado;
- IV. Repúdio ao racismo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

43. Determinados indivíduos de reconhecida atuação pública e ampla projeção social resolveram criar uma agremiação partidária, com o objetivo de participar do processo eleitoral previsto para ocorrer dali a dois anos, lançando candidatos para cargos eletivos.

Ao ser consultado sobre a viabilidade jurídica da iniciativa, um(a) advogado(a) esclareceu corretamente que, desde que cumpridas as exigências previstas no ordenamento jurídico, os partidos políticos:

- a) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- b) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo posteriormente registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- c) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária condição de elegibilidade, mas não requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- d) adquirem personalidade jurídica com o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, mas requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- e) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo comunicar o início de atividades ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo admitidas candidaturas autônomas, sem filiação partidária, apenas para o Executivo.

44. A associação “Vida em Comunidade”, voltada à promoção do desenvolvimento psicossocial de indivíduos e famílias, passou a ser alvo de severas críticas por parte da Secretaria de Assistência Social do Estado Alfa. Segundo relatos, algumas das atividades promovidas pela entidade seriam consideradas ofensivas à moral e, ainda, incentivariam práticas criminosas.

Diante da situação, a consultoria jurídica do órgão estadual foi acionada para analisar a possibilidade de suspensão das atividades da associação, concluindo corretamente que a medida pretendida:

- a) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- b) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- c) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- d) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida;
- e) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.

45. Após fiscalização realizada nas dependências da empresa Beta Ltda., dois auditores do trabalho constataram supostas infrações administrativas e aplicaram sanção de multa à sociedade empresária. Inconformada com a penalidade e sustentando não ter cometido qualquer irregularidade, a empresa procurou assistência jurídica para que fosse proposta a medida judicial adequada visando à desconstituição da sanção aplicada.

Considerando a situação apresentada, é correto afirmar que o órgão jurisdicional competente para apreciar a demanda integra:

- a) a Justiça Comum Federal.
- b) a Justiça Comum Estadual.
- c) em qualquer caso, a Justiça do Trabalho.
- d) a Justiça do Trabalho, mas apenas se as irregularidades detectadas estiverem associadas a algum contrato de trabalho.
- e) a Justiça do Trabalho, mas apenas se a fiscalização tiver invocado precedentes da Justiça do Trabalho para subsidiar a lavratura do auto de infração.

46. Nos termos da Constituição Federal, determinadas condutas são expressamente proibidas aos magistrados no exercício da função jurisdicional. Assinale a alternativa que apresenta uma exceção a essas vedações.

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- e) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

47. Durante o estudo das disposições da Constituição Federal de 1988 relativas à magistratura, um desembargador analisou as garantias asseguradas aos juízes pelo texto constitucional.

Nesse contexto, assinale a alternativa que não corresponde a uma garantia conferida aos magistrados.

- a) Vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício.
- b) Inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- c) Irredutibilidade de subsídio, ressalvados alguns casos.
- d) Dedicar-se à atividade político-partidária.
- e) Perda do cargo, antes da vitaliciedade por deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

48. A Constituição Federal estabelece a estrutura, as funções e as competências atribuídas ao Poder Judiciário no âmbito do Estado brasileiro.

Com base nas disposições constitucionais relacionadas ao tema, assinale a alternativa correta acerca do Poder Judiciário.

- a) O Ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz titular, ocorre mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- b) A promoção de entrância para entrância ocorre, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendida a seguinte norma: é facultativa a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- c) São previstos cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa facultativa do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
- d) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- e) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á somente por antiguidade, apurada na última ou única entrância.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

- 49.** A Associação Filarmônica do Litoral, pessoa jurídica de direito privado constituída para fins não econômicos, realizou assembleia geral extraordinária por meio eletrônico para deliberar sobre a exclusão de Helena, associada há oito anos. O estatuto da entidade prevê que a exclusão de associado por ato incompatível com os fins institucionais compete à assembleia geral, mas deve ser precedida de comunicação escrita com descrição da conduta imputada, prazo para apresentação de defesa e possibilidade de recurso interno. Helena foi excluída.
- a) A exclusão é juridicamente irregular, pois a justa causa deve ser reconhecida em procedimento que assegure ao associado direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- b) A exclusão é válida, pois a deliberação pelo órgão estatutariamente competente, com quórum regular, supre a ausência de comunicação prévia ao associado excluído.
- c) A exclusão é inválida pelo simples fato de a assembleia ter sido realizada por meio eletrônico, pois pessoas jurídicas de direito privado somente podem deliberar presencialmente sobre exclusão de associado.
- d) A exclusão é válida se a conduta atribuída à associada for grave, pois, comprovada a justa causa, o procedimento de defesa e recurso torna-se dispensável.
- e) A exclusão somente poderia ser questionada se Helena demonstrasse prejuízo patrimonial direto, pois, nas associações, não há direitos oponíveis entre associados e entidade.

- 50.** Renata mantém residência com ânimo definitivo em Joinville, onde vive com sua família. Além disso, exerce regularmente sua profissão em Florianópolis. Também atua duas vezes por semana em Criciúma, em espaço compartilhado. Em contrato de consultoria celebrado com uma sociedade empresária de Florianópolis, os documentos foram entregues nessa cidade, as reuniões ocorreram na sala profissional de Renata e o laudo foi elaborado e remetido a partir desse endereço. Surgida controvérsia sobre o cumprimento desse contrato, Renata afirmou que, para qualquer efeito civil, seu único domicílio seria Joinville, por ser o local de sua residência definitiva. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.
- a) Renata está correta, pois a pessoa natural possui domicílio único, correspondente ao lugar onde estabelece residência com ânimo definitivo.
- b) Renata está correta, pois o domicílio profissional somente se aplica a pessoas jurídicas e empresários registrados, não a profissionais autônomos.
- c) Renata está incorreta, pois, quanto às relações concernentes à profissão, também é domicílio da pessoa natural o lugar onde ela exerce a atividade; se a profissão for exercida em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações correspondentes.
- d) Renata está incorreta, pois qualquer local em que ela tenha prestado serviço, ainda que de modo eventual, será considerado seu domicílio para todas as relações civis.
- e) Renata está correta apenas se demonstrar que obtém a maior parte de sua renda profissional em Joinville, pois o domicílio profissional depende do centro econômico predominante da atividade.

51. Durante o expediente em uma galeria comercial, Henrique percebeu o início de um curto-circuito em um painel elétrico localizado no corredor comum. Temendo que o fogo se alastrasse, decidiu agir imediatamente. No mesmo corredor, havia um extintor sinalizado, acessível e em condições de uso, a poucos metros do painel. Ainda assim, Henrique optou por arrombar a porta de vidro da loja de Isabel, que estava fechada, para retirar outro extintor que havia visto no interior do estabelecimento. Após utilizar o equipamento, o princípio de incêndio foi controlado, mas a porta da loja foi danificada.

- a) A conduta de Henrique não se enquadra, por si só, na excludente de ilicitude relativa à remoção de perigo iminente, pois a destruição de coisa alheia somente é legítima quando absolutamente necessária e limitada ao indispensável.
- b) A conduta de Henrique não constitui ato ilícito, pois todo ato praticado para afastar perigo iminente é juridicamente legítimo, ainda que exista meio acessível menos gravoso.
- c) A conduta de Henrique configura exercício regular de direito reconhecido, pois qualquer pessoa pode utilizar bem alheio sempre que entender conveniente para proteger interesse coletivo.
- d) A conduta de Henrique somente poderia ser considerada ilícita se ele tivesse atuado com intenção específica de prejudicar Isabel, pois o Código Civil não admite ato ilícito culposos.
- e) A conduta de Henrique é automaticamente lícita porque o resultado final foi útil, já que o princípio de incêndio foi controlado e se evitou dano potencialmente maior.

52. A Lei Estadual nº X, publicada oficialmente em 1º de fevereiro, sem estabelecer data específica para sua entrada em vigor. No trigésimo dia após a publicação, antes de encerrado o período de vacância legal, o Diário Oficial republicou o texto da lei para correção de erro material, substituindo a expressão “dez dias” por “trinta dias”. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei entrará em vigor quarenta e cinco dias após a publicação original, pois a correção feita durante a *vacatio legis* possui natureza meramente interpretativa e não interfere no início da vigência.
- b) A lei entrará em vigor quarenta e cinco dias após a nova publicação, pois, antes de entrar a lei em vigor, a nova publicação de seu texto destinada à correção faz recomeçar o prazo de vacância.
- c) A lei entrou em vigor na data da primeira publicação, pois as normas de organização administrativa produzem efeitos imediatos, salvo disposição expressa em sentido contrário.
- d) A correção somente produzirá efeitos após outra lei revogar expressamente o texto anterior, pois a LINDB não admite alteração de prazo por republicação oficial.
- e) A lei corrigida terá eficácia retroativa à data da publicação original, inclusive para impor deveres descumpridos durante o período de vacância, desde que a alteração tenha decorrido de erro material.

53. Helena é servidora pública e, há alguns anos, publica crônicas literárias sob o pseudônimo “Lia do Vale”, expressão pela qual se tornou conhecida em clubes de leitura e revistas culturais digitais. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) O pseudônimo de Helena não recebe proteção civil, pois apenas o prenome e o sobrenome constantes do registro público integram o direito ao nome.
- b) A conduta de uso de pseudônimo é juridicamente irrelevante se não houver prova de intenção difamatória, pois o Código Civil protege apenas ofensas dolosas ao nome civil.
- c) O pseudônimo adotado por Helena para atividades lícitas goza da proteção conferida ao nome, e seu emprego em publicação que a exponha ao desprezo público pode justificar medida para fazer cessar a lesão, ainda que não haja intenção difamatória.
- d) A proteção ao pseudônimo depende de prévio registro como marca ou nome empresarial, pois, sem registro próprio, não há direito da personalidade oponível a terceiros.
- e) O uso do pseudônimo somente seria vedado se tivesse finalidade de propaganda comercial, pois publicações não comerciais não se submetem à proteção civil do nome.

54. Marta, por escritura pública, destinou bens livres de sua propriedade para a criação da “Fundação Saber Aberto”, com a finalidade de promover atividades educacionais e projetos de iniciação científica para estudantes da rede pública, nada dispôs sobre o destino dos bens caso o patrimônio fosse insuficiente para a constituição da fundação. Durante a análise preliminar, verificou-se que os bens destinados não seriam suficientes para manter uma fundação autônoma. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Os bens devem retornar ao patrimônio de Marta, pois a insuficiência patrimonial impede a constituição da fundação e torna sem efeito a dotação feita por escritura pública.

b) Os bens devem ser incorporados à associação educacional local, pois qualquer pessoa jurídica sem fins lucrativos com finalidade semelhante pode receber o patrimônio destinado à fundação frustrada.

c) Os bens devem permanecer em depósito até que novas doações alcancem valor suficiente para a criação da fundação, ainda que a instituidora não tenha previsto essa solução.

d) Os bens devem ser incorporados à Fundação Aprender, se ela se propõe a fim igual ou semelhante, pois a instituidora não dispôs de outro modo.

e) Os bens devem ser transferidos ao ente público responsável pela política educacional local, pois educação e pesquisa científica são finalidades de interesse público.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

55. No que se refere às normas fundamentais do processo civil, é correto afirmar que:

a) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

b) É vedada a arbitragem.

c) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar provisoriamente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores, nos três primeiros meses do ano.

d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

e) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

56. Autoridade judiciária francesa expede carta rogatória ao Superior Tribunal de Justiça requerendo o cumprimento de decisão que determinou o bloqueio de ativos bancários de Pedro, brasileiro residente em Balneário Camboriú, em razão de condenação proferida por tribunal estrangeiro.

Devidamente citado, Pedro apresenta defesa em que alega: (i) a decisão estrangeira é injusta no mérito, pois os valores bloqueados são oriundos de relações contratuais diversas daquelas discutidas no processo originário; e (ii) o procedimento da carta rogatória perante o STJ tem natureza de jurisdição voluntária, razão pela qual sua defesa sequer deveria ser admitida.

Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição voluntária, não admitindo defesa.
- b) Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.
- c) O procedimento de carta rogatória deveria ter sido instaurado perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa, mas não admite defesa.
- e) No referido procedimento de natureza contenciosa, o direito de defesa é amplo.

57. Em análise de determinada ação ajuizada em face da empresa X, o juízo analisa a petição inicial e fica em dúvida quanto à presença ou não das denominadas condições da ação e de pressupostos processuais. De acordo com o Código de Processo Civil, o juízo decidirá corretamente se afirmar que

- a) A possibilidade jurídica do pedido é uma das condições da ação.
- b) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir no feito.

- c) É possível pleitear direito alheio em nome próprio, bastando que isso seja favorável ao substituído.
- d) Não se admite ação meramente declaratória, em face da ausência de interesse.
- e) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

58. Em contrato de compra e venda de maquinário celebrado entre duas empresas, ambas sediadas em Belo Horizonte/MG, as partes elegeram o foro da Comarca de Florianópolis/SC para dirimir eventuais litígios. Surgido o conflito, a empresa vendedora ajuíza ação de cobrança perante a Comarca de Florianópolis. Antes da citação, o juiz, verificando a cláusula de eleição de foro, declara-a ineficaz de ofício e remete os autos à Comarca de Belo Horizonte. Considerando que a execução do contrato se daria em Belo Horizonte/MG, é correto afirmar que:

- a) As partes não podem modificar a competência, estabelecendo-se eleição de foro em contratos privados, por se tratar de matéria de ordem pública.
- b) A eleição de foro pode se dar tanto oralmente quanto por escrito.
- c) A eleição de foro deve aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação.
- d) Antes da citação, não se admite a declaração de ofício de abusividade de cláusula de eleição de foro.
- e) Não há no Código de Processo Civil vedação expressa ao ajuizamento de ação em foro aleatório.

59. De acordo com o Código de Processo Civil, a prevenção do juízo ocorrerá com

- a) a citação do réu.
- b) o despacho que determina a citação do réu.
- c) a apresentação da contestação pelo réu.
- d) O registro ou a distribuição da petição inicial.
- e) A remessa dos autos conclusos.

60. Carlos e Mariana casaram-se e fixaram domicílio conjugal em Florianópolis/SC. Após a separação de fato, Mariana mudou-se para Joinville/SC, levando consigo os dois filhos do casal: Pedro, de 14 anos, e Arthur, de 16 anos. Carlos, por sua vez, passou a residir em Blumenau/SC.

Após a separação de fato e diante da impossibilidade de continuidade do casamento, Carlos ajuizou ação de divórcio em Florianópolis, sob o argumento de que aquela foi a última cidade onde o casal conviveu sob o mesmo teto.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não houve equívoco por parte de Carlos, uma vez que a ação de divórcio deve ser proposta no foro do último domicílio conjugal.
- b) Carlos deveria ter ajuizado a ação em Blumenau, uma vez que a competência deve ser determinada pelo domicílio do autor.
- c) A ação de divórcio deveria ter sido ajuizada em Joinville, por se tratar do domicílio da guardiã do filho incapaz.
- d) A ação de divórcio deveria ter sido ajuizada em Florianópolis, uma vez que a mudança de Mariana não pode ser considerada para fins da competência, no caso.
- e) Carlos poderia ter ajuizado ação tanto em Florianópolis, quanto em Joinville, quanto em Blumenau, tratando-se de foros concorrentes.

61. A impossibilidade de que o juízo, como regra, inicie um processo judicial, dependendo para tanto da iniciativa da parte, decorre do princípio

- a) do contraditório.
- b) da inércia da jurisdição.
- c) da ampla defesa.
- d) da imparcialidade.
- e) do juiz natural.

62. Ajuizada ação de indenização em face de Regina, esta alegou a ausência de pertinência subjetiva para figurar no processo. Considerando as condições da ação, é correto afirmar que Regina

- a) alegou a sua ilegitimidade passiva.
- b) alegou a sua ilegitimidade ativa.
- c) alegou falta de interesse de agir por parte do autor.
- d) alegou falta de interesse processual por parte do autor.
- e) alegou ausência de possibilidade jurídica do pedido.

63. Em ação de cobrança, o juiz, ao proferir sentença, reconheceu de ofício a prescrição e extinguiu o processo com resolução do mérito, sem ter dado às partes qualquer oportunidade de se manifestar sobre essa questão. O autor recorreu, alegando violação às normas fundamentais do processo civil.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão é válida, pois a prescrição é matéria de ordem pública, não necessitando da prévia oitiva das partes.
- b) A decisão é válida, pois a oitiva somente será necessária em relação às questões suscitadas pelas partes, não alcançando matérias que o juiz deva conhecer de ofício.
- c) A decisão seria inválida apenas se o réu também tivesse recorrido, uma vez que a prescrição aproveita somente a quem a alega, não podendo o juiz dela conhecer sem provocação de nenhuma das partes.
- d) A decisão é inválida, pois o Código de Processo Civil veda ao juiz decidir, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento sobre o qual não se tenha oportunizado às partes prévia manifestação, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício.
- e) A decisão é válida, pois o dever de consulta prévia às partes restringe-se às tutelas provisórias, não se aplicando às sentenças que versem sobre o mérito da demanda.

64. Paulo pretende ajuizar ação possessória em desfavor de Marlon. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação possessória imobiliária será proposta

- a) no foro do domicílio do réu.
- b) no foro do domicílio do autor.
- c) no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- d) foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

e) no foro do domicílio do réu ou do autor, à escolha do requerente.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

65. Rogério praticou um crime em 2021, quando a lei vigente previa pena de reclusão de 2 a 6 anos. Em 2023, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, entrou em vigor nova lei que reduziu a pena para reclusão de 1 a 3 anos para o mesmo crime. Em 2024, já com sentença condenatória transitada em julgado, sobreveio outra lei que aboliu completamente o crime praticado por Rogério.

Considerando as regras do Código Penal sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei de 2023 não pode ser aplicada ao caso de Rogério, pois a retroatividade da lei penal mais benéfica somente é permitida antes do início do processo criminal.
- b) A lei de 2023, por ser mais benéfica, aplica-se ao caso de Rogério antes do trânsito em julgado, mas a lei de 2024, por ter surgido após o trânsito em julgado, não pode mais beneficiá-lo.
- c) A lei de 2024, por abolir o crime (abolitio criminis), aplica-se retroativamente ao caso de Rogério, fazendo cessar a execução e todos os efeitos penais da sentença condenatória, ainda que já transitada em julgado.
- d) A lei de 2023 somente poderia ser aplicada se fosse mais benéfica em todos os seus aspectos, não sendo permitida a combinação de leis para extrair o que há de mais favorável em cada uma delas.
- e) O juiz deve aplicar a lei vigente ao tempo do crime, ou seja, a lei de 2021, pois o princípio da irretroatividade da lei penal impede qualquer modificação da pena já fixada em sentença.

66. Marcos é servidor público federal e, no exercício de suas funções, tem a posse de determinada quantia pertencente à União, destinada ao pagamento de fornecedores. Sem autorização, Marcos utiliza parte desse dinheiro para pagar dívidas pessoais, com a intenção de devolvê-lo posteriormente. Ao ser descoberto, alega que não praticou crime, pois pretendia restituir os valores.

Com base no Código Penal, assinale a afirmativa correta sobre a conduta de Marcos.

- a) Marcos praticou o crime de furto qualificado, pois subtraiu coisa alheia móvel pertencente à União, valendo-se da facilidade proporcionada pelo cargo.
- b) Marcos praticou o crime de peculato-desvio, previsto no art. 312 do Código Penal, sendo irrelevante, para a configuração do crime, a intenção de restituir os valores desviados.
- c) Marcos praticou o crime de peculato-apropriação, pois se apoderou definitivamente dos valores públicos, não havendo diferença entre as modalidades de peculato previstas no Código Penal.
- d) A conduta de Marcos não configura crime, pois o peculato exige o elemento subjetivo de se apropriar definitivamente dos valores, sendo o animus de restituição causa excludente do dolo.
- e) Marcos praticou o crime de concussão, pois exigiu vantagem indevida em razão do cargo que ocupa na administração pública federal.

67. Durante a madrugada, Lucas e Pedro invadiram uma residência enquanto os moradores dormiam. Lucas ficou do lado de fora como vigia, enquanto Pedro entrou na casa e subtraiu joias e dinheiro. Ao saírem, foram abordados por um dos moradores que acordou com o barulho. Para garantir a fuga com os bens subtraídos, Pedro empurrou o morador com violência, causando-lhe lesões leves. Lucas e Pedro foram presos em flagrante.

Com base no Código Penal, assinale a afirmativa correta sobre a conduta dos agentes.

- a) Lucas e Pedro praticaram furto qualificado pelo concurso de pessoas e pelo rompimento de obstáculo, pois a violência ocorreu após a subtração, não caracterizando roubo.
- b) Lucas e Pedro praticaram roubo impróprio, pois a violência foi empregada logo após a subtração para assegurar a detenção da coisa subtraída. Ambos respondem pelo crime, pois Lucas concorreu para a prática do delito.
- a) c) Pedro praticou roubo impróprio, pois empregou violência após a subtração da coisa para assegurar a detenção dos bens e garantir a fuga. Lucas, por ter ficado apenas como vigia, responde somente por furto qualificado.
- c) Pedro praticou roubo próprio, pois a violência foi empregada durante a subtração da coisa. Lucas responde por participação em furto qualificado, por ter agido apenas como vigia.
- d) Lucas e Pedro praticaram furto noturno qualificado pelo concurso de pessoas, respondendo Pedro, em concurso material, pelo crime de lesão corporal leve praticado contra o morador.

68. Antônio, com a intenção de matar seu desafeto João, disparou um tiro em sua direção. O projétil, por erro de pontaria, atingiu Maria, que passava pelo local, causando-lhe a morte. João saiu ileso. Antônio alega que não queria matar Maria e que, portanto, não pode ser responsabilizado pelo homicídio dela.

Com base no Código Penal, assinale a afirmativa correta sobre a responsabilidade penal de Antônio.

- a) Antônio responde por homicídio culposo em relação a Maria, pois não tinha a intenção de matá-la, e por tentativa de homicídio doloso em relação a João, em concurso formal de crimes.
- b) Antônio responde apenas por tentativa de homicídio doloso em relação a João, pois a morte de Maria foi resultado de caso fortuito, não podendo ser a ele imputada.
- c) Antônio responde por homicídio doloso em relação a Maria, considerando-se as qualidades e condições de João a vítima virtual para todos os efeitos penais, nos termos do erro sobre a pessoa previsto no Código Penal.
- d) Antônio responde por homicídio doloso em relação a Maria, considerando-se as qualidades e condições de Maria a vítima real para todos os efeitos penais, pois foi ela quem efetivamente morreu.
- e) Antônio não responde por nenhum crime, pois o resultado morte de Maria foi acidental e a tentativa de homicídio contra João não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.

69. Fernanda, de 19 anos, praticou um crime acreditando sinceramente que sua conduta era permitida por lei. Após investigação, constatou-se que Fernanda tinha plenas condições de, nas circunstâncias do caso, consultar um advogado ou buscar informações sobre a legalidade de sua conduta, mas não o fez. Seu defensor alegou que ela agiu em erro de proibição inevitável, o que deveria isentá-la de pena.

Com base no Código Penal, assinale a afirmativa correta sobre a situação de Fernanda.

- a) O defensor está correto. O desconhecimento da lei é sempre escusável quando o agente acredita sinceramente que sua conduta é lícita, devendo Fernanda ser isenta de pena.
- b) Fernanda deve ser isenta de pena, pois o erro de proibição, seja ele evitável ou inevitável, sempre exclui a culpabilidade do agente, nos termos do Código Penal.
- c) O desconhecimento da lei é sempre inescusável, razão pela qual Fernanda responde normalmente pelo crime, sem qualquer redução de pena, independentemente de o erro ser evitável ou inevitável.
- d) O erro de proibição inevitável isenta o agente de pena, mas o erro de proibição evitável apenas permite a redução da pena de um sexto a um terço. Como Fernanda tinha condições de conhecer a ilicitude de sua conduta e não o fez, o erro é evitável, de modo que ela não será isenta de pena, mas poderá ter a pena reduzida.
- e) Fernanda é inimputável por ter menos de 21 anos ao tempo do crime, devendo ser submetida a medida de segurança em vez de pena privativa de liberdade.

70. Carlos, policial militar, ao realizar patrulhamento, foi surpreendido por um indivíduo armado que anunciou um assalto e apontou a arma em sua direção. Carlos sacou sua arma de serviço e efetuou disparos contra o assaltante, matando-o. Posteriormente, apurou-se que a arma do assaltante estava descarregada, fato que Carlos desconhecia no momento da ação.

Com base no Código Penal, assinale a afirmativa correta sobre a situação de Carlos.

- a) Carlos não pode alegar legítima defesa, pois a arma do assaltante estava descarregada, o que afasta o requisito da agressão atual ou iminente exigido pelo Código Penal.
- b) Carlos agiu em estrito cumprimento de dever legal, excludente de ilicitude aplicável exclusivamente a policiais e militares no exercício de suas funções, razão pela qual sua conduta é lícita.
- c) Carlos agiu em legítima defesa putativa, pois supôs, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, que estava diante de uma agressão injusta atual e iminente. Sendo o erro plenamente justificado, Carlos é isento de pena.
- d) Carlos praticou homicídio doloso, pois agiu com a intenção de matar o assaltante, sendo irrelevante, para fins de responsabilidade penal, o desconhecimento de que a arma estava descarregada.
- e) Carlos agiu em estado de necessidade, pois sacrificou um bem jurídico alheio (a vida do assaltante) para salvar bem jurídico próprio (sua vida), sendo a conduta lícita nos termos do Código Penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

71. Recentemente empossado como Técnico Judiciário do TJSC, Lucas participou de um seminário sobre a vigência da norma processual no ordenamento brasileiro. Sobre a aplicação da nova

lei processual penal no tempo, assinale a opção correta:

- a) Aplica-se imediatamente aos feitos em curso, sem comprometer a higidez dos atos já realizados sob a égide da norma anterior.
- b) Sua eficácia é diferida, incidindo apenas sobre as fases procedimentais que ainda não se iniciaram.
- c) Restringe-se aos processos cujas denúncias ou queixas ainda não tenham sido recebidas pelo juízo.
- d) Aplica-se exclusivamente aos fatos delituosos perpetrados após a sua entrada em vigor
- e) Incide de pronto nos processos em andamento, desde que o seu conteúdo seja mais benéfico ao réu.

72. Viviane ajuizou queixa-crime pela prática de injúria simples contra Bianca e Clarice, suas ex-colegas de trabalho. No decorrer da instrução processual, Viviane reconciliou-se com Bianca e ofereceu-lhe formalmente o perdão do ofendido, ressaltando, contudo, que pretendia prosseguir com a ação penal em face de Clarice.

Diante desse cenário:

- a) Viviane tem a faculdade de renunciar ao direito de queixa especificamente em relação a Bianca, mantendo o polo passivo íntegro quanto a Clarice.
- b) O perdão concedido a Bianca implica renúncia tácita à ação, estendendo-se obrigatoriamente a Clarice de forma irretratável.
- c) A legislação penal vigente não admite o instituto do perdão do ofendido para crimes contra a honra subjetiva.
- d) O perdão concedido a Bianca aproveitará também a Clarice, contudo, o benefício só produzirá efeitos em relação àquela que efetivamente o aceitar.
- e) Viviane pode perdoar Bianca sem que isso gere qualquer reflexo jurídico na situação processual de Clarice.

73. Leonardo foi indiciado em inquérito policial instaurado de ofício pela autoridade policial para investigar a prática do crime de extorsão simples (pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa). No curso das diligências, o juízo, provocado por representação do delegado de polícia, decretou a prisão preventiva de Leonardo para a conveniência da instrução criminal.

Sobre a tramitação do inquérito policial e as normas do Código de Processo Penal, assinale a opção correta:

- a) O prazo para conclusão do inquérito é de 10 dias a contar da sua instauração, sob pena de relaxamento obrigatório da prisão preventiva por excesso de prazo.
- b) O defensor constituído por Leonardo apenas poderá examinar os elementos de prova contidos nos autos após prévia autorização fundamentada do magistrado.
- c) Por se tratar de crime de médio potencial ofensivo, o delegado não detém autonomia para instaurar o inquérito policial por iniciativa própria.
- d) O arquivamento do inquérito policial por insuficiência de indícios de autoria faz coisa julgada material, impedindo a reabertura das investigações mesmo diante de novas provas.
- e) Na hipótese de arquivamento promovido pelo MP, além da vítima ou seu representante legal, o magistrado poderá submeter o ato à revisão da instância ministerial superior caso constate patente ilegalidade ou teratologia.

74. Márcio foi flagrado praticando o crime de receptação culposa (pena de detenção de um mês a um ano, ou multa). No curso da investigação, verificou-se que Márcio é primário e possui bons antecedentes, embora tenha sido beneficiado com o instituto da suspensão condicional do processo há seis anos. Diante desse cenário e dos requisitos do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa correta:

- a) A celebração do ANPP é cabível, devendo o acordo ser proposto pelo Ministério Público e homologado pelo juízo competente.
- b) O delegado de polícia deverá, ao final do relatório do inquérito, propor os termos do acordo de não persecução.
- c) Não será admitida a celebração de ANPP na hipótese narrada, uma vez que o crime configura infração de menor potencial ofensivo, sendo cabível a transação penal.
- d) A natureza do crime (contra o patrimônio) impede, por expressa vedação legal, o oferecimento de qualquer instituto despenalizador.
- e) O ANPP é inviável porque Márcio já usufruiu da suspensão condicional do processo em período anterior ao fato.

75. Acerca dos sujeitos processuais e das disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

- I – O magistrado que possuir vínculo de amizade notória com qualquer das partes será considerado impedido, ficando legalmente proibido de exercer jurisdição no respectivo processo.
- II – A habilitação do assistente de acusação pode ocorrer em qualquer momento da persecução penal, enquanto não sobrevier o trânsito em julgado da sentença, recebendo o assistente a causa no estágio em que esta se encontrar.
- III – Salvo motivo justo e comunicação antecipada ao juízo, o defensor não pode abandonar o processo, sob pena de sujeitar-se a processo administrativo disciplinar perante o respectivo órgão de classe.
- IV – Diante da ausência de advogado constituído, o juiz nomeará defensor ao acusado, sendo vedado ao réu, contudo, substituir o profissional nomeado após o encerramento da instrução criminal.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

76. No curso de uma ação penal que apura a prática de crime de peculato-desvio, o magistrado, considerando os indícios de que o réu estaria providenciando documentos para evadir-se do país, decreta a prisão preventiva do acusado, de ofício, fundamentando a medida na necessidade de garantir a aplicação da lei penal. Registre-se que o réu é primário, embora possua outros inquéritos policiais em andamento.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz agiu corretamente, pois, em qualquer fase da instrução, a prisão cautelar pode ser determinada de ofício para evitar a fuga do réu.
- b) A medida é juridicamente válida, mas sua manutenção depende de revisão fundamentada pelo magistrado a cada 60 dias, sob pena de relaxamento por ilegalidade.
- c) O magistrado agiu incorretamente, uma vez que o ordenamento vigente proíbe a decretação da prisão preventiva sem prévia provocação das partes ou da autoridade policial.
- d) A decretação de ofício só seria admitida caso o magistrado estivesse convertendo uma prisão em flagrante em preventiva durante a audiência de custódia.
- e) O magistrado agiu incorretamente, pois a condição de réu primário veda a imposição de custódia preventiva antes da sentença definitiva.

77. Conforme o regramento estabelecido no Código de Processo Penal acerca das medidas cautelares, o magistrado detém a faculdade de substituir a custódia preventiva pela prisão domiciliar na hipótese de:

- a) O investigado ou réu ter completado 75 anos de idade.
- b) O agente ser portador de doença crônica, independentemente do seu estado de debilidade.
- c) A acusada ser mãe de criança com idade de até 14 anos incompletos.

d) O agente ser homem, pai de filho de 10 anos, ainda que a criança possua outro responsável legal apto aos seus cuidados.

e) A agente encontrar-se em estado de gravidez, independentemente do tempo de gestação.

78. Sérgio foi denunciado pela prática do crime de estelionato simples (pena: reclusão de um a cinco anos, e multa). Diante da capitulação jurídica e das normas que regem o procedimento comum no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O processo deverá seguir o rito sumário, devendo a audiência de instrução e julgamento ser designada para os 60 dias subsequentes ao recebimento da peça acusatória.
- b) Deverá ser adotado o rito ordinário, sendo facultado a cada uma das partes o arrolamento de até 8 testemunhas, sem computar neste limite as referidas e as que não prestam compromisso.
- c) Por se tratar de infração de médio potencial ofensivo, o rito aplicável será o sumário, com a obrigatoriedade de apresentação de alegações finais por memoriais escritos.
- d) O rito a ser observado na instrução é o sumário, admitindo-se a inquirição de até 8 testemunhas pela acusação e 8 pela defesa.
- e) O magistrado determinará a adoção do rito ordinário, dispondo o réu de um prazo de 15 dias, contados da citação, para oferecer sua resposta à acusação.

79. Fernanda foi denunciada pela suposta prática do crime de homicídio qualificado pela emboscada contra seu ex-noivo, Marcelo. Encerrada a primeira fase do rito do Tribunal do Júri, o magistrado verificou que a materialidade do fato estava devidamente comprovada por laudo pericial, todavia, concluiu fundamentadamente que não havia nos autos indícios suficientes de autoria que vinculassem a acusada ao delito.

Diante dessa constatação e das normas do Código de Processo Penal, o juiz deve:

- a) absolver sumariamente a ré, produzindo coisa julgada material sobre o fato.
- b) absolver sumariamente a ré, sem que a decisão impeça a reabertura do processo por fatos novos.
- c) pronunciar a ré, em observância ao princípio do *in dubio pro societate*.
- d) impronunciar a ré, em decisão que não impedirá o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, se houver prova nova, enquanto não extinta a punibilidade.
- e) impronunciar a ré, o que gera a imutabilidade da decisão.

80. Gustavo responde a processo criminal pela prática de crime de dano qualificado. Devidamente citado, o réu constituiu advogado e apresentou sua resposta à acusação dentro do prazo legal. Designada a audiência de instrução e julgamento, Gustavo foi intimado pessoalmente para o ato, mas deixou de comparecer ao ato processual sem apresentar qualquer justificativa plausível ao juízo.

De acordo com as normas do Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) O juiz deverá obrigatoriamente suspender o curso do processo e do prazo prescricional até a localização do réu.
- b) O magistrado deve determinar a suspensão do feito e decretar a prisão preventiva de Gustavo por descumprimento de dever processual.

- c) A ausência de Gustavo acarreta a nulidade absoluta de todos os atos subsequentes da instrução por violação à ampla defesa.
- d) O processo seguirá sem a presença de Gustavo, em razão da revelia.
- e) O juiz deverá adiar a audiência e determinar a condução coercitiva do acusado para que este seja interrogado.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
